



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpeleção oral

Com o acelerado desenvolvimento económico de Macau registado nestes últimos anos, o PIB *per capita* surpreendeu o Mundo. Embora os salários dos residentes tenham registado aumentos bastante significativos, o aumento do preço dos imóveis deixou as pessoas ainda mais surpreendidas. Segundo as estatísticas oficiais, nestes últimos 14 anos que se seguiram à transferência de soberania, a mediana do salário mensal dos residentes duplicou (quase triplicou), mas os preços dos imóveis em geral aumentaram cerca de 20 vezes e já ultrapassaram o poder de compra dos residentes, por isso, os da classe social mais baixa, os da classe média e os funcionários públicos só podem sonhar com a possibilidade de ter uma casa. O pior é que, como a escala da economia continua a aumentar, o número de trabalhadores não residentes também continua a crescer, logo, a procura de casa para arrendar e as rendas aumentam exponencialmente, o que só vem agravar os encargos e dificultar a vida dos residentes que arrendam casa, aumentando ainda mais a pressão da população.

A especulação imobiliária continua sem parar. A sociedade deseja que o conceito “terra de Macau destinada a residentes de Macau” possa ser um dos rumos a seguir nas políticas de oferta de terrenos e habitação. No entanto, face aos inúmeros apelos, saiu por último apenas um denominado “Plano de aquisição de imóveis para habitação por residentes de Macau”. O Governo definiu o posicionamento do referido Plano como uma medida complementar



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

entre a habitação económica e a habitação do mercado privado, cujos destinatários são os indivíduos ou famílias com rendimento médio-alto, bem como o quarto modelo de oferta de habitação de Macau. A intenção da criação do referido Plano é boa, mas, afinal, a política completa e de longo prazo que a sociedade estava à espera não determina claramente a oferta de terrenos, vai ainda competir com os recursos de terrenos para a habitação económica e social, e não consagra nenhuma calendarização para a ocupação das respectivas fracções, o que levou a sociedade a tecer críticas. Houve ainda cidadãos que me apresentaram queixas, afirmando que o Governo, ao implementar o referido Plano, o que pretende é “abandonar o principal para se agarrar ao secundário”.

Assim sendo, interpelo o Governo da RAEM e a Administração sobre o seguinte:

1. No último concurso para 1900 unidades de habitação económica, registaram-se mais de 40 000 candidaturas, o que reflecte, claramente, as necessidades urgentes da população ao nível da habitação pública. Segundo especialistas e académicos, a reacção da população decorre, em determinado grau, de um comportamento de manada devido ao sentimento de pânico e à falta de confiança no futuro desenvolvimento do mercado imobiliário. Quanto a isto, de que medidas dispõe o Governo? Quando é que vai o Governo proceder a um planeamento de longo prazo da política habitacional, com vista a reivindicar a confiança do público?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

2. Os terrenos são escassos em Macau. Como a construção de habitações económicas e sociais exige terrenos, residentes, especialistas e académicos receiam, então, que a implementação do referido Plano possa resultar numa competição pelos terrenos, o que terá impacto para as famílias das camadas sociais mais desfavorecidas, quanto à atribuição de habitação pública, podendo isto agravar indirectamente a divisão social. Qual é o comentário do Governo sobre isto?

3. Os residentes desejam que o Governo, a par do aumento da oferta de habitação económica, proceda ao controlo do mercado. Entretanto, o Plano supramencionado não ajuda a controlar o mercado nem a reprimir o preço das habitações. Para salvaguardar o desenvolvimento saudável do mercado, de que medidas dispõe o Governo para baixar o risco decorrente do efeito de bolha no mercado imobiliário de Macau?

17 de Junho de 2014.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Zheng Anting